



Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades Terça, 25 de junho de 2013, 12h05  
caos no metropolitano

## Governo se pronuncia hoje sobre fechamento do Metropolitano

Redação do GD

Marcus Vaillant/ Arquivo



Representantes do Conselho Estadual de Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde se reuniram com a direção do Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas) nesta terça-feira (25), no Hospital Metropolitano de Várzea Grande, para discutir a paralisação dos atendimentos no Hospital, que entra hoje no quinto dia.

Os médicos afirmam que o serviço só será retomado quando os acordos forem devidamente oficializados pela SES e os pagamentos atrasados, que somam cerca de R\$ 10 milhões, efetuados ao Ipas, que gerencia a unidade.

O corpo médico da instituição anunciou a suspensão dos atendimentos por tempo indeterminado na manhã da sexta-feira (21), quando pacientes que chegaram para realização de procedimentos previamente agendados foram pegos de surpresa com as portas da unidade fechadas.

À noite, a SES chegou a emitir uma nota em nome do Ipas afirmando que os serviços não tinham sido paralisados e os impasses financeiros resolvidos. Mas nesta segunda-feira (24) a reportagem confirmou que as portas do hospital continuavam fechadas à população, o que desmente a posição oficial do governo.

De acordo com a assessoria a SES deve se pronunciar ainda hoje sobre a paralisação dos atendimentos no Hospital Metropolitano de Várzea Grande.

### Motivos Fechamento

No comunicado colado nos vidros do Pronto-Atendimento e entregue à população que procura a unidade, o corpo clínico do hospital explica os motivos da paralisação. Atrasos nos repasses mensais, falta de adequação dos valores financeiros e a dívida gerada pela criação de novos serviços estão entre eles. De acordo com os profissionais, a situação se tornou “insustentável”.

Coordenador médico do Hospital Metropolitano, Alberto Bicudo nega que os profissionais da instituição tenham afirmado o retorno às atividades nesta segunda-feira (24).



Segundo ele, as negociações ainda são realizadas, porém, nada foi formalizado. “Nós queremos um acordo documentado, porque até agora tudo que foi discutido não foi para o papel. Já percebemos que acordo ‘de boca’ não resolve nada. Assim que tivermos um documento com o comprometimento do Estado em sanar as dívidas do hospital, retornaremos nossas atividades”.

( Colaborou Bruna Pinheiro )

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Política Terça, 25 de junho de 2013, 12h42

MEDICAMENTOS

## **Brunetto sai em busca de nova assinatura para CPI**

Gláucio Nogueira, repórter do GD

Autor do requerimento que prevê a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o episódio dos medicamentos vencidos, o deputado Ademir Brunetto (PT) tenta, nessa semana, sensibilizar ao menos mais um deputado estadual para garantir a criação da Comissão. Atualmente, ele tem 7 assinaturas, uma a menos que as 8 necessárias conforme regimento.

Brunetto voltou a criticar o deputado Walter Rabello (PSD), que nesta segunda-feira (24) assumiu ter ordenado ao colega de partido Airton Português a retirada da assinatura, inviabilizando momentaneamente a criação da Comissão. “Quando eu falei da tribuna, Português se apressou em negar a informação. Agora o povo teve a oportunidade de ver a verdade, que um parlamentar se curvou aos interesses do governo em detrimento do povo que o elegeu”.

Para ele, a situação do Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas) que suspendeu os atendimentos no Hospital Metropolitano de Várzea Grande e administra a Farmácia de Alto Custo, mostra que uma investigação sobre o repasse e a gestão dos medicamentos é urgente. “O único local onde este vergonhoso episódio será de fato investigado é em uma CPI, para que isto não mais ocorra”.

O petista ressalta que a investigação já iniciada pela Auditoria-Geral do Estado (AGE) não evitará a ocorrência de novos episódios como o registrado no caso. “O governo vai dar explicações convenientes a ele e não mostrar quem são os culpados, além de puni-los por mais este crime. Se preocupam em esconder isso, enquanto centenas morrem sem remédio”.

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Política Terça, 25 de junho de 2013, 12h31

MT SAÚDE

## Luciane defende indiciamento de 18 pessoas

Gláucio Nogueira, repórter do GD

O relatório paralelo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MT Saúde, apresentado pela deputada Luciane Bezerra (PSB), quer o indiciamento de 18 pessoas e duas empresas, que segundo ela causaram o rombo de R\$ 25 milhões nas contas do plano. Com 1.362 páginas, a síntese do voto em separado foi apresentada nesta terça-feira (25) e será lida na próxima sessão. Embora não tenha revelado a identidade destas pessoas, adiantou que ex-secretários fazem parte da lista.

Ao apresentar o voto, já encaminhado aos integrantes da Comissão, a parlamentar ressaltou que as denúncias utilizam os mesmos documentos recolhidos durante a Comissão. “Acho que o relator, deputado Emanuel Pinheiro (PR), pecou na parte indiciativa. Fizemos uma análise do relatório e, confrontando com a documentação existente, achamos indícios contra estas 18 pessoas”.

Além do pedido de indiciamento, a deputada defende que haja uma investigação mais ampla, por parte do Ministério Público Estadual (MPE), que receberá uma cópia do voto em separado. “Existem indícios de que o rombo seja maior do que os R\$ 25 milhões”. Os desvios ocorreram por contratos feitos sem licitação, sem auditoria, além de gastos não comprovados, segundo a parlamentar.

Bezerra elogiou o trabalho de Pinheiro, que propôs medidas para a reestruturação do plano. “Neste aspecto, ele foi perfeito, tenho que concordar. Tanto que não disse nada neste sentido em meu relatório”.

Presidente da Comissão, o deputado Walter Rabello (PSD) optou por dar uma semana de prazo a Pinheiro. A intenção é que o relator analise o material juntado por Luciane e, se achar necessário, incluir itens no texto final. “Podíamos ignorar este voto em separado, mas, democraticamente, optamos por analisar o trabalho da deputada. Adianto que mesmo que não haja mudança no relatório, o voto em separado será encaminhado para as autoridades competentes”.

A próxima sessão, em que enfim o relatório final da CPI será votado, está marcada para o dia 2 de julho.



Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades Terça, 25 de junho de 2013, 09h08

caos no sistema

## **Decisão vai resultar na demissão de 50% dos servidores da saúde**

Gláucia Nogueira, repórter do GD

Decisão da Justiça de Mato Grosso que obriga a demissão dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá (SMS), contratados em regime temporário, vai resultar na saída de metade dos trabalhadores do setor. A medida causará um colapso no sistema, aponta o secretário de Saúde, Kamil Fares, uma vez que dos 5,3 mil funcionários, 2.609 estão nestas condições. O serviço ainda convive com um déficit de 600 pessoas.

Com o corte de 50% da força de trabalho, Fares aponta que só será possível atender a população em dias alternados. “Na ponta, trabalhamos em regime de plantão. Para cada 24 horas, precisamos de 4 pessoas para garantir o atendimento ininterrupto. Tirando a metade, passaríamos a oferecer os serviços existentes dia sim, dia não”.

O secretário ressalta que a estrutura atual da SMS se assemelha a de uma empresa de grande porte. “É muito complexa. Pela média, podemos dizer que temos 50% decontratados desde a área administrativa até médicos, paramédicos e enfermeiros, que deveriam ser desligados caso a sentença seja aplicada”.

Hoje em dia, a cidade possui 65 equipes de profissionais das Unidades do Programa Saúde da Família (PSF), espalhados em bairros da cidade. “Metade destas equipes seria desligada, o que representaria uma redução de 50% na cobertura atual da cidade, que mal chega à metade da população”.

O mesmo, segundo o secretário, ocorreria no Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá (PSMC), nas 5 policlínicas e na recém-inaugurada Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) da Morada do Ouro. A decisão também atinge as pessoas jurídicas, prestadoras de serviço de mão de obra, o que na opinião de Fares torna as coisas ainda piores. “Ainda não há um levantamento de quantas empresas foram contratadas por este regime, mas estimo que seja no mesmo percentual das pessoas físicas. Isso envolve desde limpeza e segurança aos serviços de esterilização, diagnósticos e alguns procedimentos, inclusive cirúrgicos”.

A alternativa, prevista na sentença da magistrada, “se necessário”, seria a realização de concurso público para suprir os cargos. O problema, segundo Fares, é que o processo leva tempo, o que não há na decisão. “Primeiro teríamos que criar um Projeto de Lei com a descrição dos cargos necessários. Isso seria enviado à Câmara dos Vereadores e só depois de aprovado é que o concurso seria realizado”.



Além do prazo, estimado em 180 dias para que seja realizado o certame, há o agravante de que muitos profissionais aprovados não aceitam tomar posse nos cargos. “Já temos uma baixa procura em algumas especialidades e, na hora em que eles vão tomar posse, muitos se recusam. Então, além de tempo, temos que ter sorte para conseguirmos preencher todos os cargos que seriam abertos com a lei”.

Para a presidente do Sindicato dos Médicos em Mato Grosso (Sindimed/MT), Elza Luiz de Queiroz, a situação de Cuiabá é crítica, mas semelhante a de todos os outros municípios de Mato Grosso. “Diria até que a Capital é uma das cidades que mais têm profissionais da saúde concursados. Existem casos em que 80% da estrutura é formada por contratos temporários”. A sindicalista entende que a medida é a única forma de regularizar a situação, considerada caótica. “É uma luta de muitos anos por parte do sindicato. Infelizmente, a situação está tão ruim que é algo bastante complexo se resolver. Mas não podemos aceitar isso, temos que seguir com a realização do concurso”.

Antes de decidir se recorre da decisão, o que deverá ser acertado nesta terça-feira, a Procuradoria Geral do Município (PGM) vai fazer um levantamento de quais cargos ocupam as pessoas atingidas pela decisão.

A DECISÃO - No despacho, proferido na última sexta-feira (21) em processo movido pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra o ex-secretário de Saúde Luiz Soares e o ex-prefeito de Cuiabá, Wilson Santos (PSDB), a juíza considerou inconstitucional o inciso VI da Lei Complementar 94/2003, que amparava as contratações. Por consequência, tornou nulas todas as contratações feitas com base na legislação, dando prazo de 90 dias para a realização de concurso público.

HISTÓRICO - As contratações temporárias foram alvo de outra ação, ajuizada pelo MPE, no ano de 2005. Além de questionar as contratações, o órgão ministerial defendia punição aos ex-secretários de Saúde Luiz Soares e Bento de Souza Porto, além do ex-prefeito Roberto França Auad por suposta improbidade administrativa.

Em 15 de dezembro de 2009, o juiz titular da Vara Especializada de Ação Civil Pública e Ação Popular de Cuiabá, Luiz Aparecido Betrolucci Júnior, afirmou que as contratações só poderiam ser consideradas crime se houvesse o dano aos cofres públicos ou a intenção dos ex-gestores em causar prejuízo ou se beneficiar de tais atos.

“Muito embora as contratações efetivadas realmente tenham sido irregulares, denota-se que o serviço foi efetivamente prestado e, portanto, passível de remuneração. (...) Assim, mesmo que os servidores tenham sido contratados de maneira irregular e que tenha havido a inobservância dos princípios que devem nortear a atividade do administrador público, tais fatos não permitem a condenação dos administradores”.

No ano seguinte, o MPE ingressou, junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ/MT) com um recurso questionando a decisão do magistrado, Por unanimidade, os desembargadores rejeitaram o pedido e mantiveram a absolvição dos ex-gestores.



Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades Terça, 25 de junho de 2013, 10h58

## Sorriso registra primeira morte por dengue este ano

Redação do GD/Só Notícias

Sorriso (420 km ao Norte de Cuiabá) registrou a primeira morte em decorrência da dengue, este ano. De acordo com o balanço do Sistema de Informação Agravos de Notificação (SINAN) online, uma segunda morte no município ainda continua sob investigação. Sorriso, até o início deste mês, já registrou 975 notificações da doença.

Outra morte confirmada, em Mato Grosso, ocorreu em Barra do Graças. Também é o primeiro registro de morte naquele município. No Estado, de janeiro até o momento, foram 25 óbitos, sendo 21 confirmados. Sinop e Campo Novo do Parecis lideram com três mortes cada um.

Os municípios que registraram mortes pela doença foram Aripuanã (1), Cáceres (1), Campo Verde (1), Carlinda (1), Cuiabá (2), Jaciara (1), Juara (1), Primavera do Leste (2), Pontal do Araguaia (1), Pontes e Lacerda (1), Tangará da Serra (1). Já sob investigação estão em Sorriso (1), Alto Taquari (1), Juara (1) e Lucas do Rio Verde (1). Até o momento são 86 casos graves da doença.

Em Mato Grosso, foram 37.267 casos da doença, sendo 4.731 em Sinop, em Rondonópolis 2.929; Cuiabá 2.779; Várzea Grande 618. Além de 86 casos graves da doença em todo o Estado. No mesmo período do ano passado foram 30.681 casos notificados.

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades Terça, 25 de junho de 2013, 00h00

## Tuberculose aparece entre principais riscos

[Da Redação](#)

Principal risco entre os dependentes químicos em situação de rua é a ocorrência de tuberculose. A doença infecciosa está sendo diagnosticada entre os usuários que aceitaram participar da operação "Rosa dos Ventos". O médico Ronald dos Anjos diz que a tosse persistente é característica entre os dependentes e o exame de raio-x do pulmão é um dos primeiros a ser requisitado durante a investigação médica...



Fonte: [www.diariodecuiaba.com.br](http://www.diariodecuiaba.com.br)

GREVE NO METROPOLITANO

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

**Terça feira, 25 de junho de 2013 Edição nº 14631 25/06/20**

## **480 pessoas ficam sem atendimento**

**Diretor do hospital diz que dívida chega a R\$ 10 milhões, mas governo não reconhece o valor e diz que está fazendo o encontro de contas**

**ALECY ALVES**  
Da Reportagem

Pelos menos 480 atendimentos, sendo 80 cirurgias ortopédicas e 400 consultas, deixaram de ser realizados desde o início da paralisação dos médicos do Hospital Metropolitano, em Várzea Grande, deflagrada na última sexta-feira.

Cerca de 150 profissionais que prestam serviços na unidade cruzaram os braços por causa de atrasos no pagamento dos salários. A organização social que assumiu a administração, por meio de contrato de terceirização assinado com Secretaria Estadual de Saúde (SES), reclama do atraso dos repasses e da falta de pagamento de serviços especializados complementares, assumidos posteriormente.

Pelas contas do Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas), a dívida acumulada pelo governo do Estado beira os R\$ 10 milhões. Seriam dois repasses mensais atrasados e o não pagamento de cirurgias bariátricas e ortopédicas de alto custos, que foram determinadas pela Justiça (com uso de próteses não cobertas pelo SUS), além da assistência a mais de 25 mulheres, que em 2012 contrariam uma infecção por mico-bactéria em uma clínica estética.

O diretor-clínico do hospital, Alberto Bicudo, disse que os atrasos impossibilitaram a quitação dos salários dos médicos e impedem a manutenção dos atendimentos. Conforme Bicudo, no caso das operações com uso de próteses que o SUS não oferece, todos os custos recaíram sobre o hospital.

O mesmo se aplica às cirurgias de redução de estômago. O diretor diz que tinham mais como fazer novas cirurgias porque o hospital devia os fornecedores. "Se não recebemos, não temos como pagar", completou.

O Metropolitano, conforme Alberto Bicudo, manteve normal o atendimento de urgência e emergência e as internações em UTI para pacientes com transferências reguladas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Ele informou que ontem as negociações avançaram, com possibilidade de fechamento de acordo e retorno imediato do atendimento. A proposta do hospital é para que o governo (SES) quite o mês de maio até o final deste mês e pague os serviços prestados durante o mês de junho na data contratual, ou seja, 10 de julho.

Os "serviços extras", cuja dívida aproximada dos R\$ 5 milhões, também terá que ter garantia de pagamento. Se fechar esse acordo hoje, Bicudo diz que os médicos voltam ao trabalho imediatamente.

A SES informou, por meio da assessoria de imprensa, que está fazendo um "encontro de contas" com o hospital. A secretaria não reconhece os atrasos, tampouco o montante citado pela direção do Metropolitano.

Unidade não faz procedimentos eletivos há 5 dias porque não tem como pagar médicos e fornecedores de insumos hospitalares



Fonte: [www.midianews.com.br](http://www.midianews.com.br) **POLÍTICA / MUDANÇAS NO PAIAGUÁS**

25.06.2013 | 10h11 - Atualizado em 25.06.2013 | 14h43

Tamanho do texto A- A+

## PP entrega Saúde e cobra de Silval nova secretaria

***Ezequiel diz que Mauri não representa o partido e que pasta está na cota pessoal do governador***

Mary Juruna/MidiaNews

O deputado Ezequiel Fonseca assume o PP e cobra novo espaço para sigla

**LAÍSE LUCATELLI  
DA REDAÇÃO**

O novo presidente regional do PP, deputado estadual Ezequiel Fonseca, afirmou que o partido entregou a Secretaria de Saúde ao governador Silval Barbosa (PMDB), e que a sigla já não responde pela pasta.

A decisão foi tomada diante da resistência de Silval em substituir o atual secretário de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima (PP), que entrou na mira da bancada do PP alguns meses após ter sido indicado pela sigla para ocupar o cargo.

Agora, a cúpula do PP cobra do governador receber o controle de outra secretaria de Estado. As definições sobre o novo espaço do partido no governo devem ser tiradas em uma reunião entre a executiva estadual da sigla e o governador, na próxima quarta-feira (26).

“Entregamos a pasta há mais de 15 dias, em uma reunião entre eu, o deputado Antônio Azambuja (PP) e o governador, tendo em vista não concordarmos com a permanência do Mauri. Então agora não é mais responsabilidade do PP e o governador está à vontade para continuar com o Mauri, ou tirar o secretário, e fazer o que ele acha melhor para a Saúde de Mato Grosso”, informou Ezequiel.



## **“Entregamos a pasta há mais de 15 dias, tendo em vista não concordarmos com a permanência do Mauri. Então agora não é mais responsabilidade do PP”**

O partido comanda a Saúde desde o começo do governo de Silval, e já colocou três secretários na pasta de 2011 até agora. Além de Mauri, já passaram pela pasta por indicação do PP o deputado federal Pedro Henry (PP) e Vander Fernandes.

Mauri foi indicado pelo partido em janeiro e, após desentendimentos com a cúpula da sigla e comissionados ligados a Henry e Azambuja, ele entrou na mira do partido, que passou a "pedir a cabeça" dele.

“Nós entendemos que o Mauri é prejudicial, já explicamos ao governador os motivos, mas cabe a ele dizer se o secretário fica ou sai. Mas o que não queremos mais é ter a responsabilidade da Secretaria de Saúde, tendo em vista que já colocamos para o governador a impossibilidade de o Mauri estar tocando a pasta”, disse o deputado.

"Ele ainda não conseguiu socializar dentro da secretaria, tem problemas com funcionários, tem problema com os hospitais, tem problema com municípios. Então é preciso encontrar uma solução porque a Saúde é coisa séria”, completou.

### **Novo espaço**

O presidente afirmou que, na reunião com o governador, será discutida a possibilidade de o partido, inclusive, deixar a base governista, caso Silval não atenda às exigências da direção do PP.

“Nesta reunião, vamos colocar qual é o nosso posicionamento. Vamos conversar sobre comandar outra secretaria, ocupar um outro espaço no governo. Ou ver se não tem espaço e o governador não tem interesse em ter o apoio do PP. A tendência é continuar na base do governo, se o governador atender também algumas reivindicações do nosso partido, e se ele entender que podemos continuar ajudando”, disse.



Ezequiel Fonseca assumiu há alguns dias o comando do PP, em substituição a Pedro Henry, e pretende começar uma nova fase do partido no governo.

“Queremos nessa nova presidência iniciar um novo momento de conversas com o governador. E a partir daí vamos zerar a história e recomeçar”, disse.

Fonte: 24horasnews.com.br 25/06/2013 14:43:20

## **Vereador denuncia Kamil por contratações irregulares**

Izabela Andrade | Redação 24 Horas News

A- A A+

Vereador Ricardo Saad (PSD), resolveu abrir a “caixa-preta” da prefeitura de Cuiabá. Munido de denúncias que coloca sobre suspeição contratos formalizados pela Secretaria Municipal de Saúde ele apresentou durante sessão plenária desta terça-feira (25) três requerimentos cobrando informações do chefe da pasta Kamil Fares (PDT).

Como presidente da Comissão de Saúde da Câmara, não é de hoje que o vereador tem apontado problemas na gestão de Fares, que vão de nepotismo a contratos irregulares. Da tribuna, ele cobrou explicações sobre a empresa contratada pelo prefeito Mauro Mendes (PSB) para fazer a segurança do Pronto Socorro de Cuiabá.

Consta na denúncia remetida ao gabinete do vereador que a empresa Integral Segurança que estava atuando, até pouco tempo, sem contrato. De acordo com ele, o Executivo municipal oficializou a contratação sem licitação e em regime de urgência, pelo valor de pouco mais de R\$ 500 mil. Por mais de 30 dias a empresa prestou serviços sem ter qualquer documento de veiculação. Diante da denúncia, o vereador solicita cópia do contrato e sua respectiva planilha de custo.

Além disso, o tucano ainda quer saber se está previsto no contrato de locação de veículos, a disponibilidade de carros de luxo para atender aos secretários. Tudo isso porque o secretário de saúde, Kamil Fares (PDT) estaria andando de Santa Fé, qual seria fornecida pela empresa que presta serviços para a prefeitura.

Outro requerimento é referente a um suposto funcionário fantasma. Saad usou a tribuna para denunciar o estudante de Direito, Anacleto Giraldele Bezerra. Conforme informações, o rapaz não estaria cumprindo expediente de trabalho para o qual foi contratado, que seriam oito horas diárias. Isso porque, Bezerra é matriculado no curso de Direito no período diurno.

O servidor foi nomeado pelo prefeito como DAS 3, com salário de cerca de R\$ 4 mil, na Secretaria de Saúde. No entanto, alguns meses depois, o servidor foi transferido para a Procuradoria do Município.



Após os pedidos de requerimentos serem lidos em plenário, Saad assegurou que, todas as denúncias serão protocoladas ainda nesta terça-feira 25 no Ministério Público Estadual (MPE) para que os fatos sejam investigados mais a fundo e os responsáveis sejam punidos.

Fonte: [www.issoenoticia.com.br](http://www.issoenoticia.com.br) POLÍTICA / DESVIO MILIONÁRIO

Terça, 25 de junho de 2013, 14h33

## Rombo no MT Saúde pode chegar a R\$ 68 milhões; ex-secretários são suspeitos

*Relatório paralelo produzido pela deputada Luciane Bezerra aponta participação de ex-secretários de Estado*

RAFAEL COSTA  
DA REDAÇÃO

No papel de vice-presidente da CPI do MT Saúde, a deputada estadual Luciane Bezerra (PSB) apresentou nesta terça-feira (25) relatório extra-oficial em que sugere o indiciamento de 18 pessoas e também das empresas Sesi (Serviço Social da Indústria) e Tempo CRC pela suspeita de desvio de R\$ 25 milhões no plano de saúde dos servidores públicos estaduais.

O relatório paralelo se diferencia do original produzido pelo relator da CPI, deputado estadual Emanuel Pinheiro (PR), que indiciou somente quatro pessoas e as empresas Open Saúde e Saúde Samaritano. A parlamentar declarou que, neste momento, não vai divulgar o nome de nenhum dos suspeitos de envolvimento com prejuízos aos cofres públicos. No entanto, ressalta que vai tomar as providências cabíveis para que as suspeitas sejam esclarecidas.

“O que posso adiantar é que tem a suspeita de que ex-secretários de Estado tenham participado destas irregularidades. Vou encaminhar este documento ao Ministério Público Estadual para que seja analisada a responsabilidade cível e criminal de cada um dos suspeitos. O que ocorreu com o MT Saúde é muito grave e exige melhor apuração”, informou.

Há ainda a suspeita de um rombo de R\$ 43 milhões que seria resultado de pagamento



indevido aos hospitais e clínicas credenciadas ao plano de saúde. Porém, por falta de prova, não foi aprofundada essa possibilidade.

Mesmo revelando insatisfação com o relatório da CPI, a deputada Luciane Bezerra evitou críticas ao deputado Emanuel Pinheiro. “Reconheço que o relatório produzido foi muito bom em relação às propostas de reestruturação para que seja mantido o MT Saúde. Porém, discordo totalmente da parte de indiciamentos. Acredito que tem muito mais pessoas suspeitas de irregularidades que devem responder por isso”.

Diante da proposta da deputada Luciane Bezerra de que sejam acrescentadas novas informações, o presidente da CPI do MT Saúde, deputado Walter Rabello (PSD), adiou a votação do relatório pelos membros da CPI. A expectativa é que seja votado na próxima semana e, em seguida, encaminhado ao plenário para votação dos 24 parlamentares. “É uma ação democrática da deputada Luciane Bezerra e vamos discutir se é necessária o acréscimo destas informações”, pontuou Rabello.

Fonte: [www.hipernoticia.com.br](http://www.hipernoticia.com.br) Terça, 25 de junho de 2013, 08h13

Tamanho do texto A- A+

INATIVOS

## **Estado encerra ano com previsão de R\$ 350 milhões de dívida na Previdência**

Governo estuda modelo para zerar dívida previdenciária no estado; se continuar como está em menos de 30 anos o total da dívida vai saltar para R\$ 3,8 bilhões

ALIANA CAMARGO

A estimativa do superintendente da Previdência de Mato Grosso, Bruno Saldanha é que o Estado de Mato Grosso encerre o ano de 2013 com dívida de R\$ 350 milhões no setor.

É que o governo está bem abaixo do percentual de servidores ativos para compensar quem está na inatividade. “Mato Grosso tem 1,59 ativos para um inativo, quando o recomendado é que tenha pelo menos três ativos para cada um servidor aposentado”, estima Saldanha.

E caso não haja planejamento o suficiente para barrar o crescimento da dívida previdência a tendência é que o número cresça muito em alguns anos. A equipe Previdência do Estado estima que em 35 anos o passivo atuarial deverá ficar em 3,8 bilhões.

O secretário de Estado de Administração, Francisco Faiad (PMDB) reuniu-se semana passada com representantes de 16 Estados e com o secretário de Políticas



Previdenciárias do Ministério da Previdência, Leonardo José Rolim.

A reunião marca a busca pelo equilíbrio nas contas da previdência em todo os Estados. "O Mato Grosso está sendo pioneiro quanto à criação do fundo de investimento para quitar a dívida previdenciária. As discussões ocorrendo aqui de forma avançada", posiciona-se Rolim.

## **COMPENSAÇÃO**

O governo do Estado estuda medidas para utilizar 8,5 mil imóveis de várias maneiras. O grande desafio é monetizar esses bens e deixar de utilizar recursos da Fonte 100 (recursos próprios) para pagar aposentados.

O objetivo é planejar hoje para que no futuro haja dinheiro para o fundo de aposentadoria.

O secretário de Educação, Ságua Moraes disse que somente em sua pasta serão cerca de 600 pessoas aposentadas em Mato Grosso neste ano. As discussões sobre o projeto do governo já está bem adiantado no legislativo mato-grossense e deve ser aplicado em forma de lei.

Dado do Ministério da Previdência aponta para 64 milhões de aposentados em todo Brasil até 2050, o que significa que 30% da população serão inativos.

Fonte: [www.sonoticias.com.br](http://www.sonoticias.com.br) **GERAL**

25 de Junho de 2013 - 07:16

## **Balanço aponta que mais de 47 mil já foram às ruas protestar em MT**

Fonte: *Só Notícias/Weverton Correa*

Um levantamento da Confederação Nacional dos Municípios aponta que 47,4 mil pessoas já foram às ruas protestar em Mato Grosso, (até a última sexta-feira 21) desde início das "ondas" de manifestos que ganharam força no país, desde último dia 17. Das 141 cidades, em 19 houve mobilizações. Uma das maiores foi registrada Cuiabá, com mais de 40 mil manifestantes, na quinta-feira (20), principalmente contra a corrupção e a violência. Os protestantes se aglomeraram na praça Alencastro, em frente a sede da prefeitura, no centro, inicialmente. Ao chegarem ao Palácio Paiaguás, encontraram as portas fechadas, já que o expediente foi encerrado mais cedo. Seguiram para a sede do Tribunal de Contas do Estado, onde alguns ficaram sentados antes de voltarem para a



Assembleia Legislativa gritando "fora Riva" (presidente do parlamento afastado pelo judiciário).

No mesmo dia foi realizado manifesto em Sorriso, com 1,5 mil pessoas. Foi pacífico e não houve incidentes. Elas passaram em frente a câmara e a prefeitura - onde houve parada-levando faixas e cartazes escritos "Fora Dilma", "Não queremos copa, queremos saúde", "contra PEC 37", "a copa está custando 550 milhões de sacas de soja, quanto mais nós produtores teremos que pagar". Sorriso é a capital nacional na produção de soja. Houve também manifestos contra homofobia e contra o governo municipal.

Em Sinop, na sexta-feira (21), foram cerca de seis mil pessoas. Eles se concentraram inicialmente na praça da Bíblica, percorreram a avenida Júlio Campos e seguiram a Câmara de Vereadores. Alguns cartazes confeccionados estavam com frases como "Aguarde, estamos atualizando o sistema", "Venderam a ordem, mas lutaremos pelo progresso". Além de cartazes, alguns usaram nariz de palhaço.

Fonte: [www.odocumento.com.br](http://www.odocumento.com.br)

**Nacional**

## Médico estrangeiro só terá autorização para atuar em área prioritária

25/06/2013 - 14h43

A- A+

**UOL**

O governo só vai convocar médicos estrangeiros caso as vagas em áreas carentes de atendimento médico (como municípios do interior e periferias de grandes cidades) não sejam preenchidas por brasileiros. E os profissionais de fora só terão autorização para nessas localidades. É o que afirmou o ministro da Saúde Alexandre Padilha em coletiva à imprensa nesta terça-feira (25), em Brasília. A entrevista foi marcada para detalhar as medidas anunciadas ontem pela presidente Dilma Rousseff.

Segundo Padilha, ainda não existe um edital pronto para a contratação de médicos estrangeiros. Mas ele adiantou que um programa está sendo desenhado para garantir a qualidade do



atendimento quando isso ocorrer. A ideia é que o profissional fique três semanas em uma instituição de ensino, período em que terá suas habilidades como médico avaliadas e também sua capacidade de comunicação. Em paralelo, serão checadas eventuais queixas de ordens médicas no seu país de origem. "Só vai para o município o médico que for aprovado nesse processo de avaliação", garantiu o ministro.

O médico estrangeiro que for aprovado terá uma autorização especial para atuar somente em áreas prioritárias e só poderá exercer a atenção básica (ou seja, ele não vai poder realizar procedimentos mais complexos, como cirurgias, por exemplo). Caso o profissional decida permanecer no país após o término do programa, aí sim ele terá que passar pela prova de revalidação do diploma, que lhe dá direito de exercer a medicina em qualquer lugar do país e competir com os médicos brasileiros.

De acordo com o ministro, a questão da língua não é um obstáculo tão importante como as entidades médicas têm pregado. "Se fosse assim, não haveria o Médicos Sem Fronteiras, que ganhou Nobel da Paz", comparou Padilha. "É mais rápido treinar um médico a falar português, do que esperar seis, oito anos até que um novo médico se forme", comentou.

Padilha também citou sua experiência como coordenador de um grupo de medicina tropical no interior do Pará: "Às vezes era mais difícil para um médico brasileiro entender a linguagem do caboclo do que para o estrangeiro", disse.

"Faltam médicos"

Em várias ocasiões, o ministro sugeriu que não falta estrutura de atendimento, e sim médicos no país. "Não é culpa ou responsabilidade do médico vir a suprir a demanda", acrescentou. No início da coletiva, foram apresentados slides com dados como a proporção de 1,8 médico por 1.000 habitantes no país, bem menor que em países como Argentina e Uruguai, por exemplo.

A proporção também é bastante variável no país. Na Região Norte, há locais em que a média não chega a 1 médico por 1.000 habitantes. Mesmo no Estado de São Paulo, que possui uma média de 2,4 médicos por 1.000 habitantes, há municípios de interior ou de periferia em que há menos de 1 profissional.

O ministro divulgou que, só por investimentos do ministério em UPAs (Unidades de Pronto-Atendimento) e UBSs (Unidades Básicas de Saúde), até 2015 haverá 35 mil novos postos de trabalho médico no país. Atualmente, o cenário é de um deficit de 9 mil vagas (eram 13 mil, mas 4.000 foram preenchidas pelos inscritos no Provac).

Trazer estrangeiros, portanto, seria uma medida emergencial, até que a política de expansão de



vagas em residência e de graduação aumentem o contingente de médicos formados e especializados no país. O plano é abrir 12.000 novas vagas para residentes até 2017.

Fonte: [www.odocumento.com.br](http://www.odocumento.com.br) **Nacional**

## Medicina: enquanto Dilma anuncia ampliação, federais querem cortar vagas

25/06/2013 - 12h23

A- A+

**Terra**

O anúncio feito pela presidente Dilma Rousseff, na segunda-feira, da criação de 11 mil vagas em medicina como forma de levar profissionais para o interior do País, aconteceu no momento em que coordenadores de pelo menos 11 cursos de medicina de universidades federais se mobilizam contra a falta de apoio do Ministério da Educação (MEC) para garantir a qualidade da formação de novos médicos.

O Terra teve acesso a um documento elaborado pelos coordenadores de cursos de universidades que não contam com hospital-escola durante encontro em São Carlos (SP), em março deste ano. No texto, entregue ao MEC, eles prometem cancelar a abertura de novas vagas a partir de 2014 e até fechar cursos caso o governo não tome providências urgentes para garantir a qualidade da formação. "Nas condições atuais, só é possível a gestão dos cursos de medicina sem hospitais por meio de práticas de gestão negligentes e irregulares, senão legalmente questionáveis, bem como é inviável e impossível pôr em prática a proposta do Ministério da Educação de aumento da oferta de vagas para graduação médica no País", afirma o documento.

Criados em sua maioria nos últimos 10 anos, esses cursos fazem parte da proposta do governo de interiorizar o ensino da medicina, garantindo que os médicos recém-formados permaneçam nas comunidades onde há falta de profissionais. No entanto, sem contar com hospital universitário, essas instituições dependem de arranjos políticos para permitir que os alunos façam as aulas práticas nos hospitais da rede local. Além disso, os coordenadores dizem que a falta de professores e de preceptores (médicos responsáveis por acompanhar os alunos durante as aulas práticas nas unidades de saúde), somados à estrutura precária, inviabilizam a continuidade do trabalho.

"Os coordenadores de cursos de medicina sem hospitais, as universidades e os docentes já esgotaram toda a criatividade e improvisação possíveis para a sustentabilidade desses cursos,



bem como já enfrentaram todos os riscos administrativos toleráveis, ao ponto em que a manutenção e a subsistência dos mesmos não são mais possíveis", diz ainda o documento.

A pior situação está na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no interior de São Paulo, onde os alunos do terceiro e do quarto ano de medicina estão sem aulas práticas há mais de 100 dias por falta de preceptores. Um edital foi aberto para preencher 31 vagas, mas até agora menos de 10 médicos demonstraram interesse. De acordo com o coordenador do curso, Bernardino Geraldo Alves Souto, os médicos que atendem na rede de saúde ganham uma bolsa de pouco mais de R\$ 1 mil para auxiliar os estudantes durante as aulas práticas. O valor, considerado baixo, não atrai os profissionais, que além do trabalho extra ainda assumem a responsabilidade de supervisionar o atendimento feito pelos estudantes.

"Esses cursos estão correndo muitos riscos. A nossa expectativa é que o MEC tome providências, senão vamos cortar vagas e alguns cursos, como o da UFSCar, podem até ser fechados", disse o professor, ao afirmar que essa seria uma medida extrema e que por enquanto a universidade negocia com o governo, esperando as mudanças necessárias ainda este ano. Ele propõe a criação de um plano de carreira para atrair os preceptores para o trabalho junto às universidades. Sem direitos trabalhistas, com salários que muitas vezes são pagos com até meses de atraso, os poucos que se dispõem a auxiliar na preceptoria, segundo Bernardino, o fazem por "caridade".

Aluna do terceiro ano de medicina na UFSCar, Ana Clara Bortotti ajudou a liderar uma greve dos estudantes que durou 82 dias. O movimento foi encerrado no mês passado, após várias audiências com a reitoria e até com o MEC, mas sem nenhum avanço. Agora o que ela e os colegas querem é o fechamento do curso e a migração dos alunos para outras instituições públicas. "Passamos um semestre inteiro lutando por uma estrutura melhor, tivemos duas reuniões no MEC. Sabemos que não é difícil, é só priorizar o investimento, mas o descaso é tanto que até agora não temos solução", lamentou a jovem.

Ana Clara contou que quando passou no vestibular da UFSCar - um dos mais concorridos entre as instituições públicas (na última seleção foram 210 candidatos por vaga) - pensou estar realizando o sonho de estudar em uma das melhores escolas de medicina. "Isso que está acontecendo é uma maldade com o aluno. Você entra em uma universidade pública federal, e pensa que não tem como ser ruim. Só que aí chega num lugar sem estrutura nenhuma."

O curso da UFSCar depende da disposição política da prefeitura de permitir que os médicos da rede diminuam o número de consultas para que possam auxiliar os alunos da universidade com o trabalho de preceptoria, o que enfrentou resistências da atual administração. A redução da carga horária dos médicos só foi aprovada no final de maio, quando os alunos já estavam sem aulas há dois meses. Os estudantes do primeiro e do segundo ano tiveram as atividades retomadas apenas na semana passada. Para o terceiro e quarto ano, a previsão é que as aulas sejam retomadas



dentro de 10 dias. Já quem está na fase final do curso não enfrentou problemas, mas precisa viajar até a cidade de Piracicaba para fazer as aulas do internato em um hospital local. Em São Carlos, não houve acordo para que os estudantes pudessem fazer seus estágios.

Em Minas, hospitais 'expulsam' alunos de universidade federal

Embora a situação mais crítica seja a da UFSCar, outras universidades públicas que não contam com a estrutura de um hospital-escola relataram inúmeros problemas ao Terra. Na Federal de São João del-Rei (UFSJ), a maior dificuldade é fazer parcerias com os hospitais de Divinópolis (MG), onde está localizado o curso criado em 2008. De acordo com a coordenadora da unidade, professora Janete Ricas, as universidades privadas oferecem um valor muito maior aos preceptores e às unidades de saúde para que atendam aos seus estudantes. "Elas (privadas) pagam muito mais que as federais, então os nossos alunos estão sendo literalmente expulsos". Segundo ela, a única opção é mandar os estudantes para fazer os estágios em outras cidades, como São João del-Rei e Belo Horizonte.

"Tivemos que pulverizar, mas isso prejudica a qualidade da formação. Seria muito melhor se os estágios fossem feitos na cidade, porque os alunos precisam de supervisão. E ainda tem os custos de deslocamento, tem o tempo perdido nas viagens. Fora que não tem sentido criar um curso para fixar o médico no interior e depois mandar ele fazer estágio em Belo Horizonte", disse, ao criticar a proposta de expansão dos cursos de medicina para as periferias do País, sem investimentos. "Falta apoio do MEC para que a qualidade do ensino seja garantida", disse.

Ela contou que nas universidades tradicionais, que possuem hospital próprio, não existe essa dependência da rede pública. Janete ainda reclamou da falta de professores interessados em dar aulas nas universidades localizadas longe dos grandes centros. Há um ano, a UFSJ abriu edital para preencher 10 vagas, mas até agora não houve nenhum interessado. "Um médico aqui chega a ganhar R\$ 25 mil por mês atendendo em consultório. Por que vai se submeter a ganhar pouco mais de R\$ 2 mil (salário inicial) para dar aulas o dia inteiro?", questionou.

Em São Carlos, seriam necessários 88 docentes para atender de forma plena o curso de medicina, mas hoje são apenas 49. "O MEC liberou apenas 55 vagas, seis nós não conseguimos preencher porque não apareceram candidatos", disse Bernardino Souto. Já na Federal de Viçosa (UFV), a dificuldade de contratação de professores é uma realidade desde a criação do curso. "Atualmente já temos uma adesão maior, mas ainda está aquém das condições ideais", afirmou a coordenadora, Ângela Barra.

Estudantes reclamam da estrutura das unidades de saúde Aluno do quarto período de medicina da Federal de São João del-Rei, Luiz Fernando Martins e Silva, 21 anos, disse que as condições de aprendizado dos estudantes nas unidades da rede municipal de Divinópolis é péssima. Ele conta



que os colegas que ainda não foram "expulsos" do hospital filantrópico são atendidos pelos preceptores de maneira desigual em relação a quem estuda numa instituição privada da região. "O governo federal paga uma bolsa para os preceptores, mas dizem que a outra instituição paga um valor bem maior. Então, os médicos dão maior assistência para os alunos dessa faculdade privada do que para a gente", afirmou.

Ele ainda reclamou da falta de estrutura das unidades de saúde da cidade para receber os estudantes. "O que acontece hoje é que temos uma estrutura pequena na cidade que precisa dar conta de atender os alunos da federal, da particular e ainda mais três instituições com cursos de farmácia e enfermagem. O hospital está lotado de alunos, isso é ruim para o ensino", reclamou.

O professor Itágores Coutinho, da coordenação do curso de medicina da Federal do Tocantins (UFT), concorda que um dos grandes problemas de universidades que não contam com estrutura própria de saúde é o atendimento na rede pública. "Os hospitais não são preparados para o ensino. Muitos não têm sala de aula, auditórios, o pessoal não está adaptado aos nossos alunos, não tem costume com a presença deles", disse o coordenador, ao reforçar que também precisa lidar com a falta de docentes e preceptores.

O que as universidades querem

No documento encaminhado ao MEC em março deste ano, os coordenadores do curso apresentaram uma série de medidas que precisariam ser tomadas este ano para resolver os problemas. Entre as propostas está a criação de uma carreira para preceptores, substituindo as bolsas de R\$ 1 mil por um salário fixo, com remuneração maior. "É preciso que o ministério crie uma política de remuneração; hoje os poucos preceptores que temos fazem um favor, não são valorizados", afirma Thor Oliveira Dantas, coordenador do curso de medicina da Universidade Federal do Acre (UFA).

Outra proposta é o estímulo para que profissionais da área médica atuem como professores nas universidades do interior do País. A ideia dos coordenadores do curso é criar uma espécie de bolsa, no valor mensal de R\$ 8 mil por um período de dois anos, que incentive a fixação dos docentes em regime de tempo integral, complementando o valor do salário.

De acordo com o coordenador da UFSCar, também é preciso incentivar a rede pública de saúde a contemplar o ensino. "Os hospitais estão em petição de miséria e, além do atendimento pelo SUS, precisam atender os estudantes sem ganhar nenhum incentivo extra", criticou, ao defender que o Ministério da Saúde, articulado com o MEC, defina um subsídio extra para as unidades de saúde que oferecem estágio aos estudantes das universidades públicas.

Em nota, o Ministério da Educação disse que mantém o diálogo constante com as universidades e



que a garantia da qualidade é uma prioridade para a pasta. Segundo o MEC, a abertura de novos cursos só será autorizada após a verificação da estrutura dos equipamentos de saúde dos locais. "A análise dos pedidos considerará critérios como número de leitos disponíveis por aluno, que deve ser maior ou igual a cinco, grau de comprometimento dos leitos do SUS para utilização acadêmica, existência de pelo menos três Programas de Residência Médica nas especialidades prioritárias (clínica médica, cirurgia, ginecologia-obstetrícia, pediatria e medicina da família), vínculo com hospital de ensino, entre outros."

No entanto, a pasta não explicou como pretende solucionar os problemas dos cursos já existentes. Segundo o MEC, desde 2002 foram criados 13 novos cursos de medicina e abertas 3.177 novas vagas.

Para a coordenadora de medicina da Federal de São João del-Rey, Janete Ricas, a proposta do governo de abrir novas vagas para levar medicina às regiões mais pobres é positiva na teoria. "A ideia é boa, mas não adianta fazer só na boa vontade. Precisa de estrutura, de professor, de um sistema de saúde que comporte o ensino. Sem gastos elevados, isso não se alcança."

Segundo ela, o que ocorre nas 11 universidades federais sem hospital-escola é a prova de que o governo não primou pela qualidade do ensino. "Combinamos entre todos os coordenadores dessas universidades que não vamos abrir novas vagas se o governo não tomar providências. Não podemos mais aceitar alunos nessas condições", completou a professora.

Fonte: [www.odocumento.com.br](http://www.odocumento.com.br) **Cidades**

## Prefeitura realizará dia "D" de combate à diabetes na sexta-feira

25/06/2013 - 13h10

A- A+

### Da Redação

A Prefeitura de Cuiabá realizará, em alusão ao Dia Nacional de Combate à Diabetes, comemorado em 26 de junho, a intensificação de atividades para prevenção da doença em todas as unidades básicas de saúde. O dia "D" será na sexta-feira (28), a partir das 8h, quando os agentes trabalharão na prevenção, promoção e educação sobre a diabetes.

As atividades serão realizadas no Centro de Saúde Dr. Virgílio Alves, no bairro CPA IV, que hoje possui 536 pacientes cadastrados com diagnóstico de Diabetes Mellitus. As equipes das 96 unidades de saúde da Rede Básica desenvolverão as respectivas atividades com sua população



local.

O evento faz parte do cronograma de atividades contínuas da Diretoria de Atenção Básica da Secretaria de Saúde de Cuiabá, considerando o tripé de sustentação dos serviços primários de saúde: promoção, prevenção e educação. O objetivo é proporcionar à população meios de melhorar e participar do seu autocuidado, potencializando a qualidade de vida e saúde.

Na quarta-feira (26), Dia Nacional de Combate à Diabetes, também serão realizadas atividades de educação em saúde para os usuários das unidades básicas, com o foco no controle dos níveis glicêmicos na população com e sem diabetes, levando informações e realizando cuidados que demonstrem e sensibilizem a comunidade sobre a importância do cuidado preventivo para controle da Diabetes.

Dados

Segundo pesquisa da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, em 2011, 5,6% da população brasileira possuía diagnóstico de diabetes, sendo que na região Centro-Oeste esse número é de 4% da população total e em Cuiabá são 5%.

Considerando que a população cuiabana é de 561.329 habitantes, conforme dados do IBGE em 2010, são aproximadamente 28 mil pessoas com a doença.

Aproximadamente 15 mil pessoas estão cadastradas no Programa Municipal HIPERDIA. O aumento do diagnóstico dessa patologia está intimamente ligado ao maior acesso da população aos serviços da atenção primária de saúde.

Fonte: [www.vgnoticias.com.br](http://www.vgnoticias.com.br)

## Brasil vai abrir 12 mil vagas de residência médica até 2017

**Publicado em:** 25/06/2013 às 15:00

Brasil vai abrir 12 mil vagas de residência médica até 2017.

O Ministério da Saúde anunciou hoje (25.06) que até 2017 irá abrir 12 mil vagas de residência médica em todas as especialidades. A medida visa a ampliar o número de especialistas e zerar o déficit da residência médica em relação ao número de formados em medicina. As primeiras 4 mil vagas serão criadas até 2015.



A ampliação iguala o número de vagas de residência médica ao de postos na graduação. Na residência, o profissional se especializa em uma área médica como, por exemplo, cardiologia e pediatria. “A meta é chegar em 2018 com perspectiva de uma vaga de residência para cada médico formado no Brasil”, disse o secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mozart Sales.

A medida integra o conjunto de ações do ministério para melhorar a saúde pública no país e faz parte do pacto anunciado ontem (24) pela presidenta Dilma Rousseff em resposta às reivindicações surgidas nas manifestações nos últimos dias.

As medidas serão acompanhadas de um investimento anual de R\$ 80 milhões em hospitais e unidades de saúde que expandirem programas de residência e R\$ 20 milhões para infraestrutura, como reforma e estruturação de laboratórios e bibliotecas e também para aquisição de material permanente. Mais R\$ 60 milhões serão destinados à manutenção dos programas de residência e formações dos profissionais que irão orientar os residentes.

Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, os investimentos na área de saúde vão abrir nos próximos anos 35 mil postos de trabalho. “Não existe estratégia única para enfrentarmos o problema de levar mais médicos para perto da população”, disse. O ministro reforçou que, mesmo assim, será preciso contratar médicos estrangeiros para suprir a demanda por profissionais. “O Brasil precisa formar mais médicos e formar mais especialistas. Isso demora sete, oito anos, enquanto isso precisamos atrair médicos estrangeiros. O edital que estamos construindo chama médicos brasileiros e as vagas que eles não preencherem vamos chamar os estrangeiros”, explicou.

Fonte: [www.vgnoticias.com.br](http://www.vgnoticias.com.br)

## **Entidades médicas emitem nota repudiando declaração da presidente Dilma Rousseff em importar médicos para solucionar caos na saúde**

**Publicado em:** 25/06/2013 às 10:41

por Rojane Marta/VG Notícias

O pronunciamento da presidente Dilma Rousseff na última sexta-feira (21.06), de que iria contratar médicos do exterior para atuar nas cidades do interior e solucionar o caos



na saúde do Brasil, não agradou a classe médica do país. A medida foi anunciada por Dilma na tentativa de acalmar os ânimos da população, que nas últimas semanas saiu às ruas para protestar contra a corrupção e baixo investimento na Saúde e Educação.

Em carta aberta, quatro entidades médicas repudiaram a declaração da presidente, são elas: Associação Médica Brasileira (Amb) - Associação Nacional de Médicos Residentes (Anmr) - Conselho Federal de Medicina (Cfm) e Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

“O caminho trilhado é de alto risco e simboliza uma vergonha nacional. Ele expõe a população, sobretudo a parcela mais vulnerável e carente, à ação de pessoas cujos conhecimentos e competências não foram devidamente comprovados. Além disso, tem valor inócuo, paliativo, populista e esconde os reais problemas que afetam o Sistema Único de Saúde (SUS)” destaca as entidades na carta.

No repúdio, as entidades ainda questionam se os “médicos importados” irão compensar a falta de leitos, de medicamentos, as ambulâncias paradas por falta de combustível, as infiltrações nas paredes e as goteiras nos hospitais. “Onde estão às medidas para dotar os serviços de infraestrutura e de recursos humanos valorizados? Qual o destino dos R\$ 17 bilhões do orçamento do Governo Federal para a saúde que não foram aplicados como deveriam, em 2012? Porque vetaram artigos da Emenda Constitucional 29, que se tivesse colocada em prática teria permitido uma revolução na saúde” indagam.

**Paralisação** - As entidades que representam a categoria anunciaram nesta terça-feira (25.06), a possibilidade de uma paralisação nacional dos médicos contra o anúncio da vinda imediata de profissionais estrangeiros para atender na rede pública. Eles irão debater o assunto durante uma grande reunião das lideranças médicas de todo o país, que ocorrerá amanhã (26), em São Paulo. Representantes das principais entidades médicas nacionais e regionais (conselhos, sindicatos, sociedades, associações, entre outros) devem participar do encontro. Confira carta na íntegra.

**Carta aberta aos médicos e à população brasileira**

## A SAÚDE PÚBLICA E A VERGONHA NACIONAL

Há alguns anos, a presidente Dilma Rousseff foi vítima de grave problema de saúde. O tratamento aconteceu em centros de excelência do país e sob a supervisão de homens e mulheres capacitados em escolas médicas brasileiras. O povo quer acesso ao mesmo e não quer ser tratado como cidadão de segunda categoria, tratado por médicos com formação duvidosa e em instalações precárias.



Por isso, a Associação Médica Brasileira (AMB), a Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR), o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) manifestam publicamente seu repúdio e extrema preocupação com o anúncio de “trazer de imediato, milhares de médicos do exterior”, feito nesta sexta-feira (21), durante pronunciamento em cadeia de rádio e TV.

O caminho trilhado é de alto risco e simboliza uma vergonha nacional. Ele expõe a população, sobretudo a parcela mais vulnerável e carente, à ação de pessoas cujos conhecimentos e competências não foram devidamente comprovados. Além disso, tem valor inócuo, paliativo, populista e esconde os reais problemas que afetam o Sistema Único de Saúde (SUS).

Será que os “médicos importados” - sem qualquer critério de avaliação ou com diplomas validados com regras duvidosas - compensarão a falta de leitos, de medicamentos, as ambulâncias paradas por falta de combustível, as infiltrações nas paredes e as goteiras nos hospitais? Onde estão as medidas para dotar os serviços de infraestrutura e de recursos humanos valorizados? Qual o destino dos R\$ 17 bilhões do orçamento do Governo Federal para a saúde que não foram aplicados como deveriam, em 2012? Porque vetaram artigos da Emenda Constitucional 29, que se tivesse colocada em prática teria permitido uma revolução na saúde?

Os protestos não pedem “médicos estrangeiros”, mas um SUS público, integral, gratuito, de qualidade e acessível a todos. É preciso reconhecer que é a falta de investimentos e a gestão incompetente desse sistema que afastam os médicos brasileiros do interior e da rede pública, agravando o caos na assistência.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), os Governos de países com economias mais frágeis investem mais que o Brasil no setor. Na Argentina, o percentual de aplicação fica em 66%. No Brasil, esbarra em 47%. O apelo desesperado das ruas é por mais investimentos do Estado em saúde. É assim que o Brasil terá a saúde e os “hospitais padrão Fifa”, exigidos pela população, e não com a “importação de médicos”.

A AMB, a ANMR, o CFM e a Fenam – assim como outras entidades e instituições, os 400 mil médicos brasileiros e a população conscientes da fragilidade da proposta de “importação” – não admitirão que se coloque em risco o futuro de um modelo enraizado na nossa Constituição e a vida de nossos cidadãos. Para tanto, tomarão todas as medidas possíveis, inclusive jurídicas, para assegurar o Estado Democrático de Direito no país, com base na dignidade humana.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Brasília, 22 de junho de 2013.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MÉDICOS RESIDENTES (ANMR) - CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS (FENAM)